

# Estratégia democrático-popular e cultura profissional renovada: revisitando os fundamentos do Projeto Ético-Político

*Democratic-Popular strategy and renewed professional culture: revisiting the foundations of the Ethical-Political Project*

Adrianyce A. Silva de Sousa\* 

## RESUMO

O presente artigo analisa os fundamentos ídeo-políticos e teórico-metodológicos que estão na base de constituição histórica da cultura profissional renovada, expressos na direção social estratégica da profissão de Serviço Social e sua diretriz, o Projeto Ético-Político profissional. Produto de estudos pós-doutorais, e de duas pesquisas em andamento desde 2019, neste manuscrito realizamos uma discussão em torno do caldo sócio-histórico que fermentou na sociedade brasileira, no início da década de 1980, enfatizando o conteúdo tático-estratégico formulado pela classe trabalhadora brasileira, a chamada “estratégia democrático-popular” e suas incidências no Serviço Social. Nesta direção, visa contribuir com novas mediações para o entendimento dessa relação nos fundamentos do Projeto Ético-Político, considerando a ausência de análises a partir deste enfoque.

**Palavras-Chave:** estratégia democrático-popular; cultura profissional renovada; projeto ético-político; direção social estratégica.

## ABSTRACT

This article analyzes the ideological-political and theoretical-methodological foundations that underlie the historical constitution of the renewed professional culture, expressed in the strategic social direction of the social work profession and its guideline, the professional ethical-political project. A product of post-doctoral studies and of two researches in progress since 2019, in this article we carry out a discussion around the socio-historical broth that fermented in Brazilian society, in the early 1980s, emphasizing the tactical-strategic content formulated by the Brazilian working class, the so-called “popular-democratic strategy” and its impact on social work. In this direction, it aims to contribute with new mediations for the understanding of this relationship in the fundamentals of the ethical-political project, considering the absence of analyses from this approach

**Keywords:** democratic-popular strategy; renewed professional culture; ethical-political project; strategic social direction.

## ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.78940>

\*Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.  
E-mail: [nutss.uff@gmail.com](mailto:nutss.uff@gmail.com).

COMO CITAR: SOUSA, A. A. S. de. Estratégia democrático-popular e cultura profissional renovada: revisitando os fundamentos do Projeto Ético-Político.

Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 21, n. 53, pp. 58-74, set./dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.78940>

Recebido em 15 de junho de 2023.

Aprovado para publicação em 09 de julho de 2023.



## Introdução

É notória a existência de ampla produção bibliográfica especializada no Serviço Social acerca do processo de ruptura com o conservadorismo. Contudo, na via histórico-interpretativa da bibliografia profissional crítica, é parcamente explorada como determinante para a análise da cultura profissional renovada e sua diretriz, o Projeto Ético-Político, a relação com a estratégia democrático-popular.

Face aos processos históricos vivenciados na particularidade brasileira nos governos petistas (2003-2010), cujos impactos e significações ainda não encontram expressiva análise no seio profissional, o presente texto busca aprofundar o estudo acerca da relação genética entre o Projeto Ético-Político e a estratégia democrático-popular encampada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (SOUSA, 2021). Ao visitar os fundamentos da cultura profissional renovada, sob novo enfoque, a relevância deste estudo reside, pois, em que possamos compreender as problemáticas que hoje atravessam a sua diretriz, o Projeto Ético-Político profissional, especialmente no que estamos identificando como uma tendência socialista-reformista na profissão.

## A estratégia democrático-popular: o programa da “nova esquerda” no Brasil

A ditadura instaurada em abril de 1964 inaugura um novo ciclo político na dominação burguesa no Brasil: retira-a dos quadros jurídico-legais de uma democracia restrita e confere-lhe a forma de autocracia burguesa, como analisou Fernandes (1976). Nos termos de Netto (2014, p. 74), constitui um grave erro caracterizar o golpe como apenas uma ditadura militar, desconsiderando que aquele foi “o regime político que melhor atendia aos interesses do grande capital”.

Neste período, aprofunda-se o traço de modernização conservadora, próprio da nossa formação social, agregando ao alijamento político decisório da massa da população e à heteronomia um processo de acumulação voltado para o usufruto dos monopólios imperialistas. A ditadura perdurou por cerca de 20 anos, esgotando-se na entrada dos anos de 1980, sendo obrigada pela pressão de uma gama de movimentos dos mais diversos espectros do campo progressista e de esquerda a pactuar a sua substituição por um regime político formalmente democrático.

Confluem para este processo alguns elementos. O problema do agravamento do endividamento externo e suas consequências a partir de 1979. A chamada “crise da dívida” do início dos anos 1980, que teve efeitos deletérios sobre a América Latina e o Brasil. Esta determinação contribui diretamente para o aumento da pressão exercida nesse período e que foi direcionada em 1984 para as *Diretas Já*. Cabe ressaltar que esse movimento

expressa uma diversidade política e esteve também alicerçado na articulação de diversos parlamentares de partidos como PT, Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e até do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB — atual MDB). Articulou-se a partir da sucessão presidencial, uma vez que a Constituição previa as eleições indiretas em 1984, a partir do Colégio Eleitoral formado por integrantes do Congresso Nacional. Mas em 1983 o deputado Dante de Oliveira, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), apresentou uma emenda constitucional que estabelecia eleições diretas para presidente da República já no ano seguinte, obtendo grande apoio popular e, para pressionar a votação a favor da emenda, organizaram a campanha que ficou conhecida por “Diretas Já” (BRAVO, 1996; ABRAMIDES; CABRAL, 1995).

Nestes termos, é importante demarcar que, se com o regime autocrático – por má-fé intervenção do Estado – desenvolveram-se imensamente as forças produtivas, favorecendo a consolidação e a expansão do capitalismo monopolista (FERNANDES, 1976), contraditoriamente, é esse mesmo movimento que possibilita o surgimento de uma classe operária moderna. Em outras palavras, o desenvolvimento das forças produtivas e a complexificação das relações sociais de produção possibilitam a proletarianização de um espectro de segmentos médios, que passarão a ter inserção e influência no movimento sindical. Neste quadro, ocorre uma eclosão do movimento operário sindical, que fortalece o projeto dos trabalhadores, a partir do centro industrial do país, o ABC paulista (ABRAMIDES; CABRAL, 1995).

De acordo com Netto (1998), isto ocorreu por dois elementos importantes. De um lado, repôs, no coração mesmo do Brasil urbano-industrial e no centro da dinâmica política, o confronto direto entre as duas classes fundamentais a partir do universo fabril; de outro, e simultaneamente, precipitou e catalisou, na luta contra o regime, demandas e aspirações fortemente reprimidas e que estavam dando suporte às expressões até então atomizadas – os movimentos sociais, entre outros, pela anistia, contra a carestia, estudantil e de mulheres e negros (NETTO, 1998; 2014).

Estas determinações, brevemente sumariadas até aqui, atuam sobre a classe trabalhadora em sua constituição objetiva, considerando o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais e o grau de amadurecimento da contradição que daí deriva em relação às relações de produção existentes (IASI, 2006). Por outro lado, não explicam em sua totalidade as condições em que as projetivas táticas e estratégicas da classe trabalhadora ressurgem, assimilando esse período e expressando estas contradições na consciência social. Aquelas projetivas são dialeticamente determinadas e determinantes de um novo caldo cultural, uma ambiência, que é marcada por um deslocamento – e, no nosso entendimento, por uma ruptura cultural e teórica com o movimento comunista.

Sem dúvidas, esse caldo cultural não pode ser entendido sem a tentativa de distanciamento que segmentos progressistas e de esquerda vão efetivar em relação ao movimento comunista internacional, especialmente a partir de 1956, após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e o relatório de Kruschév<sup>1</sup>.

Neste contexto de crise do movimento comunista internacional e das alterações do quadro político no país, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) – por meio da estratégia nacional e democrática que hegemonizou até os anos de 1970 a esquerda brasileira –, pretendendo enfrentar os supostos “restos feudais” e o imperialismo no Brasil, apontava para uma aliança com a “burguesia nacional”, de modo a acelerar o desenvolvimento capitalista e criar as bases para uma segunda etapa, a da revolução socialista (MARTINS *et al.*, 2019). Assim, o PCB não avança<sup>2</sup> para captar a essencialidade das alterações políticas expressas nas greves do ABC, ao mesmo tempo em que também não conseguiu acompanhar os mecanismos postos em movimento pela autocracia burguesa para garantir a transição pactuada para o governo civil de Tancredo Neves.

Dessa forma, diante da nova realidade, o PCB seguiu prisioneiro da concepção de frente ampla pluriclassista, dentro de um contexto político que necessitava de uma direção oposta.

Rompesse com aquela aliança de classes necessária no passado, mas superada pela eclosão das movimentações operárias, que se constituíam na expressão material do esgotamento histórico do tipo de frente política estruturada no MDB. [...] O PCB tentou trazer o movimento operário para a linha da unidade genérica, agindo contra uma tendência histórica que se delineava no sentido da possibilidade e necessidade de construção de um bloco operário-popular, de nova qualidade, com programa distinto e de caráter de classe definido. (MAZZEO, 1999, p. 170).

Neste sentido, o “grupo dirigente tardio”<sup>3</sup> privilegiou o caminho do pacto, uma saída institucional dentro da ordem autocrática. Este é, pois, um dos eixos políticos do novo cal-

- 
- 1 Relatório compartilhado ao final do XX Congresso do Partido Comunista da URSS (PCUS), em 25 de fevereiro de 1956, por Nikita Kruschév, enquanto secretário-geral do PCUS, sobre a Era Stalin. Este fato acelera as alterações já em processamento na URSS e acentuam a crise do marxismo-leninismo oficial (NETTO, 2001).
  - 2 O PCB não conseguiu se distanciar das interpretações do movimento comunista internacional. Demora, inclusive, a se posicionar face ao impacto do XX congresso, “ficando em silêncio sobre o acontecido durante sete meses” (KONDER, 1980, p. 98).
  - 3 No entendimento de Mazzeo (1999, p. 83), o PCB não havia conseguido constituir um grupo dirigente mais estável, fato que só se resolverá depois da crise provocada pelo relatório Kruschév e que irá dar a sustentação política ao partido até sua outra grave crise de 1992.

do cultural em ebulição no país. Passa-se a apontar a necessidade de uma contraposição à autocracia burguesa mais classista, que não se restringisse apenas à política da frente ampla sustentada pelos comunistas. E, na medida em que havia um grande questionamento dos programas políticos das esquerdas (PCB, PC do B), este movimento acaba aderindo, dada a necessidade de um instrumento eficaz de intervenção política, à ideia de fundar um partido.

Esta ideia convive paradoxalmente com a ênfase na autonomia dos movimentos (em face do Estado e dos partidos), exaltando seu caráter espontâneo, que passa a ser amplamente valorizado, em contraposição aos chamados “métodos da esquerda tradicional”. Aqui a novidade é que, gradualmente, a organização partidária é substituída pela organização entendida genericamente como “popular”, na qual um sujeito coletivo difuso, não hierarquizado, em luta contra discriminações e opressões, é responsável pela mudança cultural e pela instituição de direitos (MARTINS, 2019).

A problemática reside não na especificação das discriminações e opressões, fundamentais que particularizam a barbárie na periferia do capital, nem significa questionar a necessária luta desses segmentos contra as violações cotidianas a que estão submetidos num país de base escravocrata, patrimonialista e patriarcal, mas na perda da centralidade de superação do modo de produção capitalista, na pauta da “organização popular”. Nos termos de Martins (2019), a própria democratização é identificada com o processo de emancipação,

pois os nexos causais entre as relações de classe e as demais formas de opressão são abstraídos, ou ignorados, ou ainda considerados ultrapassados pela história. E uma vez que, agora, todas as relações de poder devem ser combatidas para serem substituídas por outras não opressivas, ‘democratizadas’ desde já através da sua politização, o imediato sobressai da vida cotidiana, e se sobrepõe aos projetos sociais de transformação macrossocial. (MARTINS, 2019, p. 1333).

O próprio Luís Inácio Lula da Silva simboliza esse paradoxo, se resgatarmos sua entrevista no programa Roda Viva da TV Cultura em 1979, quando afirmou que “era um sindicalista e que jamais em toda a sua vida iria entrar na política partidária<sup>4</sup> e se candidatar a nada”. Logo após, em abril de 1980, afirmaria: “cheguei à conclusão de que a classe trabalhadora não poderia pura e simplesmente chegar à época das eleições e dar seu voto, oferecendo, às vezes, favores; daí, portanto, que eu entendi que os trabalhadores precisavam se organizar politicamente” (LULA *apud* MENEGUELLO, 1989, p. 51).

---

4 A pesquisa realizada por Amman (1991, p. 126) sobre o movimento popular de bairro ilustra o que estamos destacando; na fala das lideranças comunitárias: “devemos ficar longe do partidarismo, porque aquilo visa muito a promoção e o interesse pessoal e assim esquece os interesses comunitários. Cada um tem que deixar seus ideais partidários antes de entrar pela porta da Associação. Da porta para dentro cada um é morador e não político”.

As questões postas anteriormente, grosso modo, sintetizam o rompimento político (com a tradição comunista) que estará expresso neste novo caldo cultural que influencia a organização da classe trabalhadora no país. A nosso ver, vai explicar sua outra dimensão, o rompimento teórico, um distanciamento do chamado equivocadamente “marxismo ortodoxo”<sup>5</sup>.

Este rompimento teórico não pode ser explicado apenas como produto do rompimento político, quase que como uma derivação mecânica, e apenas referido à esquerda e aos setores progressistas. Consideramos, também, a herança da intervenção da ditadura no “mundo da cultura”, que teve duas consequências imediatas muito problemáticas. A primeira “foi à ultrapassagem de qualquer monopólio político-partidário da inspiração socialista revolucionária [...] mas, em condições extremamente negativas para a esquerda” (NETTO, 1998, p. 110). Aqui se verifica justamente o elemento do espontaneísmo, dada a proliferação de agrupamentos reivindicando-se revolucionários, de vida efêmera e de fundamentação muito limitada a versões políticas particulares da tradição marxista<sup>6</sup>.

A segunda consequência foi a emergência do “marxismo acadêmico” (NETTO, 1998, p. 111), que, de um lado, reforçou a substituição das matrizes originais da teoria social revolucionária “pela exegese de seus comentaristas e/ou comentadores” (NETTO, 1998, p. 111) e, de outro lado, o “oportunismo teórico da crítica abstrata” (NETTO, 1998, p. 111), que se movimenta não a partir da determinação reflexiva, mas ao sabor das conjunturas.

Tem-se, também, o enraizamento dos efeitos do irracionalismo e do estruturalismo reinantes no Brasil, nos anos de 1960 e 1970, na medida em que o próprio marxismo clássico começa a deixar de ser referência para uma intelectualidade que passa a encontrar nos temas ventilados pela filosofia existencialista e/ou estruturalista, seus aportes necessários. Nos termos de Frederico (1995, p. 217)

[...] no refluxo ocorrido no pós-68 consolidou-se a tendência irracionalista, que teve, como contraponto, a efêmera ascensão do formalismo estruturalista e de sua versão marxista em Althusser. [...] Mesmo no período posterior, o da abertura política, o irracionalismo ganhou novas roupagens e permaneceu influente junto a vastos segmentos da esquerda intelectualizada [...].

Neste sentido, no novo caldo cultural que influencia a organização da classe trabalhadora no país, as mudanças importantes do ponto vista ídeo-político e teórico – que

---

5 Nos distanciamos da concepção que associa marxismo ortodoxo a dogmatismo. Consideramos aqui o entendimento lukácsiano (1969) de que ortodoxia em termos marxianos refere-se ao método.

6 Importante demarcar que antes do golpe de 1964 já existia a explicitação de protagonistas diferenciados no espectro da esquerda, basta mencionarmos em 1961 a política operária (Polop), em 1962, o Partido Comunista do Brasil (PC do B) como dissidência do Partido Comunista (PCB), sob a influência do maoísmo (KONDER, 1980).

apontam ora para um deslocamento, ora para uma ruptura com o movimento comunista, como também para o anticomunismo – não devem ser autonomizadas da relação dialética com o momento de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e o caráter autocrático burguês. Isso porque a estratégia se refere à forma pela qual a classe – através de instrumentos construídos para a luta – interpreta, combina, organiza e dirige os novos enfrentamentos particulares no sentido geral da revolução (MARTINS *et al.*, 2019).

Logo, considerar a nova programática da classe trabalhadora no país é, então, mediatizar esse caldo cultural com a realidade, identificando suas mudanças, que foram muitas. De uma interpretação do Brasil como um país cujos obstáculos ao desenvolvimento seriam principalmente o latifúndio e o imperialismo norte-americano, expressa efetivamente no chamado programa da revolução nacional democrática, para uma interpretação do Brasil como um país de capitalismo moderno e em expansão; de uma visão negativa ou receosa das reformas institucionais para uma visão positiva; de uma perspectiva baseada numa concepção de socialismo com fundamentos quase que exclusivos como classe operária, hegemonia de classe, alternativa ao capitalismo etc., para uma perspectiva baseada numa concepção de socialismo permeável, flexível, com categorias que já não o caracterizava como “marxismo ortodoxo” (RAMOS, 2013).

Um movimento que pretendia interpretar a realidade ou, mais precisamente, interpretar a objetivação do capitalismo no Brasil, determinação fundante de todas as demais questões, desreferenciando o marxismo “tradicional” de Marx, Lênin e Stalin, mas valendo-se de “novos” conceitos e sendo influenciado por movimentos internacionais, como o “eurocomunismo”. Nos termos de Iasi (2006) passam a operar, por assim dizer, na consciência de classe, novas tarefas práticas em seu antagonismo com a classe dominante. Neste sentido, compreendemos que se tratam de estratégias predominantes em cada ciclo histórico (MARTINS *et al.*, 2019). O primeiro, como indicamos anteriormente, se refere ao ciclo do PCB, ou estratégia nacional e democrática.

O segundo ciclo (MARTINS *et al.*, 2019) é o que se desenvolve pela influência contraditória daquele caldo cultural que tratamos anteriormente, constituindo um amplo e complexo campo que se convencionou chamar de estratégia democrático-popular, e que tem na criação do PT sua expressão e convergência organizativo-política. A estratégia democrático-popular<sup>7</sup> pode, assim, ser entendida como o principal debate estratégico construído pela classe trabalhadora após o fim do ciclo autocrático-burguês – entre as décadas de 1970 e 1980 (MARQUES, 2015) – e que se atualiza ainda hoje em parte dos movimentos sociais.

---

7 Autores como Caio Prado Júnior, José Chasin e Carlos Nelson Coutinho são identificados como formuladores importantes desta estratégia.

Na base da estratégia democrático-popular, uma diversidade de segmentos – a Igreja progressista, principalmente os católicos ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); as lutas sindicais do assim chamado novo sindicalismo; a intelectualidade marcada pelo pensamento heterogêneo que destacamos anteriormente; os políticos de carreira advindos principalmente da ala progressista do MDB e os militantes, que eram tanto remanescentes da luta armada, quanto de correntes trotskistas (SECCO, 1980). Suas demandas foram aglutinadas fundamentalmente: na luta pelas liberdades democráticas, pela ampliação dos canais de participação na sociedade civil e pelas realizações sociais que até então a burguesia nacional não tinha efetivado. Ou seja, é o eixo estruturante na estratégia democrático-popular

o processo de alargamento da democracia compreendido como ampliação progressiva de um conjunto de direitos e de participação política, através da pressão dos movimentos sociais e da ocupação dos espaços no Estado, que se chocariam contra os interesses da nossa classe dominante. É desse choque que emergiria a necessidade do socialismo. (MARTINS *et al.*, 2019, p. 28).

Apesar da influência da teoria da “evolução democrática”, essa programática apenas vai adquirir a nomenclatura “democrático-popular” a partir do 5º Encontro Nacional do PT de 1987 (IASI, 2006; MARQUES, 2015). O sentido da alternativa democrático-popular se daria justamente na perspectiva de construção de uma estratégia “democrática, popular e anti-imperialista” hegemônica pelos trabalhadores, através de duas ações concomitantes: a atuação de massas no âmbito das ruas e a ocupação de cargos da administração pública no âmbito do Estado (MARQUES, 2015).

Ainda de acordo com Marques (2015), cabe a Florestan Fernandes a construção e fundamentação teórica da estratégia democrático-popular.

Para este, a estratégia socialista da ‘revolução brasileira’, diante da nossa particularidade de nação dependente e subdesenvolvida, adquire o caráter de uma ‘revolução democrática’, a qual prevê dois níveis de atuação: de curto e longo prazo, ‘dentro’ e ‘fora’ da ordem. As primeiras tarefas, de curto prazo, diriam respeito a quebra das nossas “cadeias coloniais” com a condução operária à chamada “revolução burguesa em atrasado”, ou seja, a realização das nossas pendentes reformas civilizatórias. A segunda é a outra sociedade, o socialismo. Na ótica de Fernandes, dado o caráter totalitário da nossa burguesia, estas revoluções confundir-se-iam e a luta pela libertação da tutela imperialista ligaria a revolução nacional-democrática à vitória socialista. (MARQUES, 2015, p. 124).

Neste sentido, ainda que possamos destacar da estratégia democrático-popular suas ênfases, a saber: 1) democrática, porque propunha um desenvolvimento e socialização da economia nacional para todos aqueles prejudicados pelas características atrasadas do capi-



talismo brasileiro; 2) popular, por aglutinar em aliança os trabalhadores e, aqueles afetados pelos grupos monopólicos (a pequena burguesia, ou uma pseudo-burguesia vinculada ao capital produtivo). É preciso compreender que a estratégia democrático-popular tem seu sentido ídeo-político e sua referencialidade teórica diretamente associados à totalidade dos processos sociais vivenciados na particularidade brasileira, no arco que se abre no esgotamento da ditadura e na constituição de um novo caldo cultural no país. E é isso que vai explicar como questões até então relevantes para a classe trabalhadora brasileira foram subordinadas e esvaziadas política e teoricamente. Um exemplo – ainda que não possamos desenvolvê-lo, dados os limites de um artigo –, a subordinação da perspectiva revolucionária ao debate da legalidade e institucionalidade, sob o mote da questão democrática<sup>8</sup>.

## Cultura profissional e Projeto Ético-Político do Serviço Social: breve mapeamento

Não é casual que seja referenciada a passagem dos anos 1980 aos anos 1990 como o marco histórico social dos avanços profissionais do Serviço Social brasileiro, como produto da “processualidade da intenção de ruptura” (SOUSA; SOUSA, 2012) e seu espraiamento no corpo profissional (NETTO, 1998), favorecendo, por meio da interlocução com o pensamento de Marx e da tradição marxista, uma renovação teórico-cultural da profissão. Renovação esta que possibilitou à profissão ser capaz de responder à realidade validando-se por meio de novas competências que, para serem desenvolvidas, mobilizaram necessariamente a formação e o exercício profissional no desenvolvimento de pesquisa, produção do conhecimento e alternativas à sua instrumentalização (NETTO, 1996).

Sem dúvidas é justamente o solo histórico-social que permitiu que esta renovação ganhasse forças. Ou seja, trata-se da dinâmica da sociedade brasileira, da reconfiguração da autocracia burguesa e da renovação da estratégia da classe trabalhadora no país. Encontrando aderência no corpo profissional, estas criam as condições para uma nova projetiva no Serviço Social. Nas palavras de Netto (2006, p. 10), “no processo da derrota da ditadura se inscreveu a primeira condição – a condição política – para a constituição de um novo projeto profissional”. E, por esse motivo, no interior profissional desenham-se e conflituam-se projetos profissionais mais ou menos compatíveis com determinados projetos sociais.

---

8 Nos termos de Toledo (1994, p. 1-2), “a partir dos anos 70, [...] a análise crítica do ‘socialismo real’ [...] bem como a dura experiência militar no pós-64 contribuíram decisivamente para a esquerda brasileira ‘reabilitar’ a questão da democracia [...] para significativos setores da esquerda, a defesa da democracia não deve ter mais um valor tático, mas adquirir um valor estratégico, um valor em si mesmo”.

Das análises de Netto (1996) podemos depreender que, daquela condição, explicita-se a dimensão ídeo-política da profissão como resultante da articulação do seu significado social objetivo, com projetos sociais que nele incidem. Por isso mesmo, o autor vai ressaltar que “a cultura profissional (princípios, valores, objetivos, concepções teóricas, instrumentos operativos) – joga um papel importante na compatibilidade entre exercício profissional e uma dada hegemonia política” (NETTO, 1996, p. 116).

Pressupondo uma diferenciação ídeo-política expressa na sociedade, esta cultura profissional instaura como dinâmica no conjunto da categoria profissional a explicitação de tendências e diferenciações. Somente assim faz sentido elaborar uma direção social estratégica para a profissão, sendo o seu nervo o componente ídeo-político que envolve necessariamente a cultura profissional (NETTO, 1996).

Esta nova cultura profissional, que por isso nominamos renovada, é formulada entre os anos de 1980 e 1990. A direção social estratégica que dela se origina e a sua expressão em diretriz, o Projeto Ético-Político, são produtos da relação dinâmica em que a resistência à ditadura, na tônica daquele caldo cultural que tratamos anteriormente, na arena política, afinarão a relação das vanguardas profissionais com o Partido dos Trabalhadores (PT).

Nos termos de Netto (2004, p. 22), “a atmosfera política de que resultou o nascimento do PT foi a mesma de que se embeberam segmentos profissionais sem cujo protagonismo o ulterior projeto ético-político seria impensável”. Contudo, como elaborado por Sousa (2021), a condição política que possibilitou a ruptura com o conservadorismo é demarcada pela identidade que parte da vanguarda deste corpo profissional estabeleceu com o conteúdo tático-estratégico formulado pela classe trabalhadora brasileira, na chamada estratégia democrático-popular, da qual o PT é uma expressão. Sendo parca na historiografia profissional a explicitação dessa relação, compreendemos que as condições histórico-políticas da gênese do projeto profissional possuem este nexos importante, quase nunca enfatizado nas análises profissionais. E que, a nosso ver, têm importantes derivações ídeo-políticas e teórico-metodológicas para a compreensão da cultura profissional e sua diretriz, o Projeto Ético-Político.

Na produção de Netto (2006; 2004), essa relação da cultura profissional renovada com o PT sempre aparece posta como determinação, contudo, não se encontram, no autor, desenvolvidos seus desdobramentos e a forma como comparece esta influência na constituição do Projeto Ético-Político. As indicações tendem a ser amplas, referindo-se

A mobilização dos trabalhadores urbanos, com o renascimento combativo da sua organização sindical; a tomada de consciência dos trabalhadores rurais e a revitalização das suas entidades representativas; o ingresso, também na cena política, de movimentos de cunho popular (por exemplo, associações de moradores) e democrático (estudantes, mulheres, ‘minorias’ etc.). (NETTO, 2006, p. 9).

Não há a explicitação da estratégia democrático-popular tomada em sua totalidade, ou seja, como a estratégia que hegemonizou a classe trabalhadora a partir da década de 1970. Muito menos se analisa o sentido e os impactos que a “ampliação da participação na sociedade civil”, “a busca pelas realizações sociais que até então a burguesia nacional não tinha efetivado” têm para o Projeto Ético-Político.

Em Silva (2022), que desenvolve uma importante pesquisa, na nossa compreensão, pouco explorada na produção do Serviço Social, quando é resgatado o debate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura, refere-se a “uma conjuntura política favorável ao debate democrático” (SILVA, 2002, p. 69), também destacando que a pesquisa identificou que

quanto a questão do popular, apesar de estar muito presente no discurso dos assistentes sociais, identificando, inclusive o caráter da heterogeneidade de sua composição, não existem estudos aprofundados sobre essa questão, no sentido de compreender sua composição e seu projeto político na realidade brasileira. (SILVA, 2002, p. 180).

A bibliografia profissional de referência veiculada em livros (IAMAMOTO, 2014a; 2014b; BEHRING, 2003; BEHRING; BOSCHETTI, 2006) dá por pressuposta essa relação, marcando por exemplo os anos de 1980 e os embates no plano da organização da categoria como estando vinculados aos esforços do PT para consolidar o que seria um novo sindicalismo (ABRAMIDES; CABRAL, 1995) e, com isso, associando na base dos debates e correlações de força, entre os setores profissionais progressistas, aquilo que está no seio do que se convencionou chamar de “nova esquerda”. Em face das disputas em torno da Constituinte e do que conseguiu se consolidar em termos de avanços na Constituição de 1988, o PT se torna um parceiro relevante na defesa das políticas de caráter estatal e universal (BRAVO, 1996; MOTA, 2012).

Nas produções acerca dos fundamentos do Projeto Ético-Político Profissional, a explicitação teórica e derivações ídeo-políticas com a estratégia democrático-popular também estão ausentes. Identificamos isso, particularmente, em produção recente e específica (ABRAMIDES, 2019) acerca do Projeto Ético-Político, em que essa relação não comparece como uma determinação importante.

Excetua-se aqui a produção de Lessa (2020), na qual o autor efetiva uma crítica ao que considera os impasses do Projeto Ético-Político do Serviço Social, intimamente articulados à crise mais geral da esquerda no país, indicando predominantemente o PT e a CUT neste espectro. O autor associa a “uma esquerda que se torna crescentemente liberal o berço em que nasce e se desenvolve a proposta, não menos liberal, de articulação da política com a ética, como um dos fundamentos do Projeto Ético-Político do Serviço Social” (LESSA, 2020, p. 2014). Ainda assim, não aborda o PT como expressão da estratégia democrático-popular.

## Estratégia democrático-popular e Projeto Ético-Político: pistas para o debate

Partindo do pressuposto de que é no componente ídeo-político da cultura profissional renovada que se estabelece a ponte com a estratégia democrático-popular, resta-nos apresentar algumas pistas para responder como a vanguarda profissional estabeleceu relação com o conteúdo da estratégia democrático-popular. Que incidências essa relação tem sobre o Projeto Ético-Político da profissão?

A primeira questão passa pelo modo como a cultura profissional renovada vai decodificar, em compromissos sociopolíticos, a relação com os trabalhadores e com a realidade brasileira. Do ponto de vista teórico, isso significou uma centralidade em torno da categoria trabalho e, do ponto de vista ídeo-político, a “constituição de um novo *ethos*, o de trabalhador assalariado” (BEHRING, 2013, p. 12). Ou seja, o reconhecimento da dimensão da exploração de homens e mulheres, para os quais o pagamento é o salário, levou a categoria ao reconhecimento das classes sociais e de suas funções. É justamente este o movimento, no plano ídeo-político, que repercute no interior do debate profissional, trazendo os nexos de problematizações em torno do trabalho, e que confirma no seio profissional um aprofundamento dos compromissos assumidos na ruptura com o conservadorismo (SOUSA, 2016).

A segunda questão incide na necessidade que se coloca para o Serviço Social de remeter-se a um entendimento profissional condicionado para além de si, referenciando uma intervenção profissional que contribua para mostrar os limites, as contradições e o nível de barbárie presente nas relações sociais erguidas nos marcos do capital periférico brasileiro. Disto resulta, “em termos dos princípios da profissão, o estabelecimento de uma relação dialética entre emancipação humana e emancipação política” (BEHRING, 2013, p16). Será referenciada teoricamente na formulação de Netto (2006, p. 155), postulando como se efetiva a vinculação “entre o projeto profissional e um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero”.

Entretanto, identificamos que, ao tentarmos estabelecer aquela relação dialética, a vinculação, pouco estudada, da cultura profissional renovada com a estratégia democrático-popular traz para o cerne das formulações do Projeto Ético-Político as problematizações da classe trabalhadora, de que tratamos anteriormente. Essas remetem à “luta institucional”, que, autonomizadas, de uma perspectiva emancipatória, acabam por eliminar da luta política a centralidade das relações de classe como fundamento da dominação e obstáculo à emancipação humana.

Dessa forma, compreendemos que a dialética entre emancipação humana e emancipação política, estando no cerne das formulações do Projeto Ético-Político, expressam

a própria tensão entre reforma ou revolução presente na estratégia democrático-popular. Trata-se, no nosso entendimento, de dois vetores, que se não considerados em seus sentidos radicais, impactam na vitalidade do Projeto Ético-Político. O primeiro vetor que consideramos uma perspectiva ontológica, comprometida com a emancipação humana, no sentido da plena realização do humano genérico, de modo a superar as desigualdades de classe e formas por elas assumidas no que se refere a toda forma de discriminação e preconceito. Esse elemento é expresso na liberdade como valor ontológico referenciado como central do Código de Ética de 1993, e que permite a explicitação dos limites da ordem burguesa na medida em que evidencia o que não se realiza para homens e mulheres sob o capitalismo. Ao mesmo tempo “funda todos os outros princípios fundamentais” (NETTO, 2013, p. 24).

Mas trata-se também do que visualizamos como segundo vetor e refere-se a uma perspectiva conjuntural-estratégica, comprometida com a emancipação política, à medida que os outros princípios, fundados pela liberdade, dialogam com a particularidade brasileira dependente e desigual. A “ampliação e consolidação da cidadania”, a “defesa e aprofundamento da democracia”, a “garantia do pluralismo”, a “defesa da equidade e justiça social” constituem-se em mediações estratégicas da intervenção profissional face ao capitalismo brasileiro. A problemática, no nosso entendimento, reside no seguinte fato: incidindo nessa perspectiva conjuntural estratégica, destituindo-a de seu fundamento ontológico, os debates da estratégia democrático-popular tiveram maior incidência. Ou seja, quando a relação dialética passa a ser tomada como hiperdimensionamento de um dos vetores, alguns segmentos profissionais realizaram, ainda que de modo não declarado, um deslocamento para o Estado, para a defesa dos direitos, da participação e controle social, sem apontar para o fundamento ontológico dos seus limites na ordem burguesa. Obstaculizam-se, assim, os ganhos derivados da decodificação entre o que é o projeto profissional, que possui limites, e o que é o projeto societário de ruptura com a ordem do capital.

Identificamos assim a existência de uma tendência *socialista reformista* (SOUSA *et al.*, 2019) que, expressando o movimento anteriormente destacado, vai amadurecer, paradoxalmente, nos anos de 1990. Contexto este em que parte da vanguarda e da categoria afirmavam o Projeto Ético-Político como forma de resistência ao aprofundamento do neoliberalismo no governo FHC. Mas é sobretudo na entrada dos anos 2000 e na ascensão dos governos petistas que, em nossa análise, se colocará como tendência efetiva no âmbito profissional.

Tendo por base Netto (2017), compreendemos que confluem para a explicitação desta tendência a agudização das expressões da “questão social” internacionalmente, cujas diretrizes do Banco Mundial passam a orientar as políticas de combate à pobreza nos países periféricos; bem como a transferência de responsabilidades sociais do Estado para

organizações do terceiro setor. Ou seja, ao invés de fortalecer as políticas de caráter universal, o Estado passa a atender aos interesses do capital, adotando uma política de combate à pobreza nos marcos da manutenção do tripé macroeconômico. Este combate é realizado através da implementação de políticas focais e segmentadas. Ou seja, nos desdobramentos do combate à pobreza – via implementação de políticas de refilantropização da assistência social (NETTO, 2004; 2017), como reforço aos mecanismos de apassivamento dos trabalhadores – é que se encontram os elementos para o fortalecimento da tendência *socialista reformista* aqui apontada.

## Considerações finais

O exposto anteriormente nos permite afirmar a incidência, na cultura profissional renovada e em sua diretriz, o Projeto Ético-Político, da estratégia democrático-popular. Compreendemos que analisar a tendência *socialista reformista* apenas como um retrocesso, em face daquela incidência, empobrece as mediações analíticas que traçamos. No nosso entendimento, está na base de constituição do Projeto Ético-Político uma tensão entre emancipação política e emancipação humana, que expressa as problemáticas ídeo-políticas e teórico-metodológicas que permeiam a estratégia da classe trabalhadora no Brasil, na entrada dos anos de 1980. Ao mesmo tempo, a partir do madurecimento profissional, conseguido pelos avanços na incorporação do pensamento de Marx e da tradição marxista, aquela tensão foi expressa no Projeto Ético-Político como uma relação dialética.

Contudo, quando parte da vanguarda e da categoria profissional instrumentaliza as suas competências, atribuições e prerrogativas, apenas em prol da defesa dos direitos e garantias sociais, hiperdimensiona a emancipação política, indo ao encontro do que a estratégia democrático-popular preconizou por ser o gradualismo democrático da “nova ordem de cidadania plena” e da luta em torno do “Estado ampliado de direito” sob o fortalecimento participativo dos “de baixo”. Princípios como o pluralismo, a democracia, a justiça e a igualdade social são tomados exclusivamente como campos de disputa interna às instâncias democrático-institucionais, num continuum de acumulação de forças pelas “reformas burguesas em atraso”.

Também se verifica, tal como na estratégia democrático-popular, um hiperdimensionamento do princípio da democracia, destituído de sua perspectiva conjuntural estratégica, que passa a ser referenciado enquanto “o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade” (CFESS, 2011, p. 21). Guarda-se, assim, afinidade com a compreensão do “socialismo democrático” enquanto transição socialista que se realiza gradualmente através do Estado burguês na “luta institucional”.

O quadro histórico de ascensão do PT à presidência em 2003 criou as condições sócio-históricas para que a incidência da estratégia democrático-popular, no vetor conjuntural-estratégico do Projeto Ético-Político, se explicitasse na tendência *socialista reformista*. Abre-se no universo profissional um campo de problematizações que vão desde defesas acríicas das políticas desenvolvidas, que, sob o saldo positivo do combate focalizado à fome no país, reconheceram no projeto governamental a “materialização” do próprio Projeto Ético-Político; até certo revisionismo dos princípios ético-políticos, especialmente hiperdimensionando o princípio da democracia, entendido como impulso ao máximo da legalidade institucional, sem quase nenhuma problematização dos limites de realizações democráticas numa estrutura social desigual que se consolida e se mantém “pelo alto”.

A posse de Luís Inácio Lula da Silva, em 2023, em seu terceiro mandato, como presidente da república, a nosso ver, atualiza e torna indispensável esse debate do real significado da estratégia democrático-popular, de como ela se expressou nos governos do Partido dos Trabalhadores e como incidiu e incide na cultura profissional renovada e sua diretriz, o Projeto Ético-Político. Portanto, é urgente a reflexão crítico-ontológica para uma aproximação à tendência *reformista socialista*, mas especialmente ao seu fundamento, a estratégia democrático-popular.

**Contribuições dos/as autores/as:** Não se aplica.

**Agradecimentos:** Não se aplica.

**Agência financiadora:** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ.

**Aprovação por Comitê de Ética:** Não se aplica.

**Conflito de interesses:** Não se aplica.

## Referências

ABRAMIDES, M. B. C. *O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro: ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2019.

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. do S. R. *O novo sindicalismo e o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

BEHRING, E. R. *O Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E. R. Ética, política e emancipação: a atualidade das nossas escolhas. *In: Projeto Ético-Político e exercício profissional em Serviço Social*. Rio de Janeiro: Cress-RJ, 2013.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006.

BRAVO, M. I. de S. *Serviço Social e reforma sanitária: lutas sociais e práticas profissionais*. São Paulo: Cortez, 1996.

CFESS. *Código de Ética do/a assistente social*. Lei n. 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. Brasília: CFESS, 2011.

FERNANDES, F. *A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Brasil: Zahar, 1976.

FREDERICO, C. A presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade. *In: MORAES, J. Q. (Org.). História do marxismo no Brasil: os influxos teóricos*. Vol. 2. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2014a.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2014b.

IASI, M. L. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KONDER, L. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

LESSA, S. *A crise da esquerda e do Projeto Ético-Político do Serviço Social*. Maceió: Coletivo Veredas, 2020.

LUKÁCS, G. *Historia y conciencia de clase*. México: Grijalbo, 1969.

MARQUES, M. G. *Em busca da revolução brasileira: uma análise crítica da estratégia democrático-popular*. Santa Catarina: Prismas, 2015.

MARTINS, C. *et al. A estratégia democrático-popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

MARTINS, C. Duas cabeças, um corpo: partido, movimentos sociais e estratégia democrático-popular. *In: MARTINS, C. et al. A estratégia democrático-popular: um inventário crítico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

MAZZEO, A. C. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: Boitempo, 1999.

MENEGUELLO, R. *PT: a formação de um partido*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MOTA, A. E. (Org.). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.



- NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 50, 1996.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1998.
- NETTO, J. P. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. *Questões da nossa época*, São Paulo, n. 20, 2001.
- NETTO, J. P. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 79, 2004.
- NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.
- NETTO, J. P. Liberdade: o valor ético central do código (três notas didáticas). In: CRESS. *Projeto Ético-Político e exercício profissional em Serviço Social*. Rio de Janeiro: Cress-RJ, 2013.
- NETTO, J. P. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.
- NETTO, J. P. Assistencialismo e regressividade profissional no Serviço Social. In: BRAZ, M. (Org.). *José Paulo Netto. Ensaios de um marxista sem repouso*. São Paulo: Cortez, 2017.
- RAMOS, C. A. *A democracia no pensamento político dos comunistas brasileiros (1979-1983)*. Tese (doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFSCar, São Carlos, 2013.
- SECCO, L. *História do PT*. Cotia: Ateliê Editorial, 2018.
- SILVA, M. O. da. *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SOUSA, A. S. de. *Estratégia democrático-popular e Serviço Social: aproximações ao socialismo reformista na profissão*. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 10. Maranhão: Programa de Políticas Públicas. Anais... 2021.
- SOUSA, A. S. de et al. O debate teórico e ídeo-político do Serviço Social contemporâneo: aproximações críticas. In: RAMOS, A. et al. (Org.). *Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas: subsídios analíticos para o Serviço Social*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019
- SOUSA, A. S. de. *Lukács e o Serviço Social brasileiro*. Curitiba: Prismas, 2016.
- SOUSA, A. S. de; SOUSA, N. Do Congresso da Virada ao Projeto Ético-Político: a maturação da intenção de ruptura. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2012.
- TOLEDO, C. N. de. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1994.